

Navios terão fiscalização remota

Autoridade Portuária implanta sistema para proibir atração de navios que descartam irregularmente água de lastro no cais santista

ALEYS ANDRÉ FERRAZ - 31/05/24

DA REDAÇÃO

A Autoridade Portuária de Santos (APS) usará um sistema remoto de fiscalização que permite constatar se os navios que chegam ao cais santista descartaram a água de lastro nas áreas permitidas ou se adotam o sistema de filtragem. As embarcações também deverão apresentar um atestado de conformidade com as regras internacionais de destinação das águas de lastro, caso contrário serão proibidos de atracar no Porto de Santos, garante a APS. A medida vale a partir da próxima quarta-feira.

A Autoridade Portuária estabeleceu essa norma para evitar que materiais tóxicos e espécies marinhas exóticas de outros continentes sejam despejadas na região (bioinvasão), causando impactos ambientais.

A APS afirma que já comunicou o Sindicato das Agências de Navegação Marítima (Sindamar) sobre o cumprimento da norma e que muitos armadores já estão apresentando os atestados.

SISTEMA

O sistema remoto de fiscalização utiliza inteligência artificial, GPS, entre outras tecnologias, que permitem constatar se os navios descartaram a água de lastro nas áreas permitidas ou se passaram a adotar o sistema de filtragem. Os procedimentos são determinados pela Organização Marítima Internacional (IMO, da sigla em inglês) e em atenção à Norma da Autoridade Marítima (Normam)



Norma é para evitar que materiais tóxicos e espécies marinhas exóticas de outros continentes sejam despejadas na região, a chamada bioinvasão, causando impactos ambientais

401/DPC, da Marinha do Brasil.

A empresa credenciada pela APS, Balance Water Central (BWC), fará a conformidade das normas, baseada em informações que o navio oferece, como as coordenadas geográficas, entre outras. O sistema foi previamente testado pela APS, informou o diretor da empresa, Paulo Andrade.

Antes dessa tecnologia, a fiscalização dos navios era feita por amostragem, com base nas informações dadas pelos comandantes das embarcações. Agora, todos os navios serão rastreados para garantir um controle mais eficiente, in-

formou a Diretoria de Operações da APS, que conta com a atuação dos profissionais da Superintendência de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho (Sumas) nesse trabalho.

PERIGOS

Ao trazer, na água de lastro, esgoto, materiais tóxicos e até espécies de uma região para outra do planeta, os navios acabam causando sérios problemas ambientais e de saúde pública. Muitas dessas espécies animais e vegetais não têm predadores naturais, podem se reproduzir rapidamente e competir com espécies nativas. Bacilos ou outras formas de organismos patogênicos também podem ser carregados de uma região para outra junto com a água de lastro despejada no mar. O problema da bioinvasão é crescente porque a navegação movimentada, por ano, cerca de 10 bilhões de toneladas de água de lastro. No Brasil, são 80 milhões de toneladas ao ano, já que 95% do comércio exterior ocorrem por via marítima.

DO QUE É

A água de lastro é coletada em portos e estuários de todo o mundo e armazenada de forma inversamente proporcional à quantidade de carga, para dar estabilidade ao na-

vio. Quanto menos carga, mais água de lastro. Ela é essencial para a segurança da navegação, principalmente quando os navios estão sem ou com pouca carga. Para que possam manter suas hélices propulsoras submersas, é utilizado um peso líquido em tanques localizados nos porões. Após suficientemente carregado, o navio a descarta.

“Esta triangulação de dados públicos disponibilizados em tempo real pelos navios, que deixam os chamados rastros eletrônicos, permitirá sabermos, antes de o navio chegar ao Porto de Santos, se foram cumpridos os dois tipos de solu-

ções aprovadas internacionalmente”, informou o presidente da APS, Anderson Pomini.

Os navios, pela legislação, têm duas opções aprovadas: a D1, que determina o descarte em águas oceânicas, ou a D2, que estabelece o tratamento da água de lastro dentro do navio antes do descarte.

“Assim, damos um importante passo prático na defesa do meio ambiente e da saúde da população mundial”, lembrou Pomini, que vinha cobrando este compromisso, assumido pela agenda ambiental da companhia em 2014.